

## **SOCIALISMO DEMOCRÁTICO PARA MUDAR O MUNDO**

*Ana Priscila Alves - Coordenação da DS-RJ.*

O mundo vive mais uma crise de seu sistema econômico, crise esta que vem ganhando novos contornos desde a quebra da bolsa estadunidense em 2008. Se as crises podem ser consideradas próprias do sistema econômico capitalista, dada a necessidade delas para reinventar a lógica de acumulação e recompor as taxas de lucro, no atual cenário, mais do que recorrente, a crise parece ser um estado permanente. Caracterizamos esta conjuntura como um momento de um *imperialismo decadente e perigoso*.

Apontamos a sua decadência, pois a proposta imperialista de um mundo unipolar se encontra cada vez mais fragilizada. A lógica da financeirização e do aumento exponencial do capital fictício e da especulação aumenta a recorrência dos desequilíbrios econômicos ao redor do mundo. Mesmo que vejamos operar as corporações transnacionais mais lucrativas da história, isto não tem se revertido em riqueza real para as nações e para a principal potência global, os Estados Unidos.

A dinâmica imperialista, que sustenta o neoliberalismo neste mundo unipolar, se balança quando a desaceleração do crescimento econômico dos EUA acontece concomitantemente com o período em que uma outra configuração vem se desenhando para o mundo: a China se consolida como potência global, com crescimento sólido e como um dos principais parceiros comerciais da maior parte dos países do mundo. A nível institucional, países fora do eixo do Norte global tentam construir alternativas para superar a dependência e capazes de estabelecer relações não subordinadas ao império e sua moeda, sendo o BRICS a principal estrutura desenvolvida até então. Nota-se ainda uma crescente das lutas independentistas no continente africano e uma fragilização da Europa, ambas as situações contribuindo para a reconfiguração internacional.

No caso da América Latina e do Brasil, este cenário se materializa de forma particular, sobretudo após os ataques à Venezuela e o sequestro de Nicolás Maduro e Cília Flores no dia 3 de janeiro. A proximidade geográfica com os EUA faz

com que historicamente este tente nos colocar como seu quintal, seu território de direito, como tem afirmado Trump sem qualquer constrangimento. Se há muito precisamos lidar com o intervencionismo imperialista sobre nossa autodeterminação, economia e dinâmicas internas, agora este conflito ganha uma nova escalada.

As ameaças no mar do Caribe se converteram em bombardeios na Venezuela e recrudescer o bloqueio a Cuba, que vive hoje sua situação mais crítica desde a revolução. Além da escassez energética, acentuada com o cerceamento de seu principal fornecedor – a Venezuela –, Cuba também enfrenta as constantes ofensivas bélicas do império, que segue cercando a ilha e parte considerável do mar do Caribe, agora com o claro recado de que os ataques não são apenas uma ameaça, mas uma possibilidade real e concreta.

Na busca por reafirmar-se a principal potência econômica, política e militar do mundo, os EUA adotam uma postura intervencionista e, sobretudo, bélica. Os conflitos são múltiplos e cada vez mais violentos: guerra entre Rússia e Ucrânia (com esta sendo fortemente apoiada pelos EUA e pela OTAN); e a tentativa de extermínio do povo Palestino, que segue seu projeto e agora se estende para o Irã e o Líbano na consolidação da política terrorista e genocida adotada por Israel, aliado de primeira ordem dos EUA, com total impunidade e conivência internacional.

A escalada dos conflitos tem escancarado a insuficiência da ONU para a manutenção da paz internacional, o que gera descrédito nas suas instâncias, sobretudo em seu Conselho de Segurança, que se mostra incapaz de garantir os acordos coletivos sobre as guerras e, devido a sua estrutura de países com poder de veto, recorrentemente mantém posturas e sanções que não partem de um entendimento comum internacional, a exemplo das diversas votações sobre o bloqueio contra Cuba, em que a posição de uma maioria absoluta é derrotada pelos EUA e seus aliados.

As guerras conectam muitas dimensões da crise, pois envolvem política, economia e natureza. Mais além, a banalização das mortes causada pela militarização escancara o aprofundamento do conflito entre o capital e a vida.

Assim, fica cada vez mais evidente que a organização do capital, para sustentar suas estruturas, relações de poder e parâmetros de acumulação, são incompatíveis com a vida: não apenas uma vida digna, que valha a pena ser vivida, mas também a vida em seu sentido mais literal.

Este cenário reverbera também no Brasil. Há um aprofundamento da militarização nos territórios, tanto na cidade quanto no campo. Nas cidades, vemos o conflito entre o Estado e os poderes paralelos (tráfico e milícia sobretudo) se alastrar pelas periferias de vários estados do país aprofundando um projeto de morte e encarceramento da população negra.

Nota-se, ainda, a relação da polícia militar do Rio de Janeiro com a polícia israelense, tanto no treinamento como no aparato armado. Ano passado, vimos a maior chacina da história do estado acontecer e ser amplamente aceita pela população. É importante frisar a iniciativa quase imediata do governador Cláudio Castro em procurar os EUA pedindo intervenção e a classificação do Comando Vermelho como organização narcoterrorista, mesmo conceito utilizado para a prisão de Nicolás Maduro e Cília Flores.

No campo, temos visto uma crescente da violência contra lutadores e lutadoras, aumento dos ataques armados nos assentamentos e cada vez mais atentados a territórios indígenas. Apesar da retomada do combate ao garimpo e ao desmatamento ilegais, estas atividades, muitas vezes ligadas também ao crime organizado, continuam representando ameaças reais aos povos indígenas e à natureza.

Quando falamos de vida, nos referimos à vida humana, mas também à natureza. Há uma grande preocupação internacional em relação à crise climática e a velocidade de aquecimento do planeta, todavia o problema ambiental é muito maior do que o clima. A natureza e as pessoas que dela e nela vivem têm sido impactadas em todas as nuances da crise. A corrida econômica e exploratória, a destruição total dos solos agricultáveis junto à absurda poluição geradas pelas guerras, a privatização dos bens comuns e a transformação de tudo em commodity. Todos estes elementos exercem impacto direto sobre o meio ambiente e se materializam em diversos desastres-crime ao redor do mundo, a exemplo dos

alagamentos no Rio Grande do Sul.

Sentimos e lutamos contra a privatização nos nossos territórios. As empresas públicas de água, energia, transportes, telefonia passam cada vez mais por processos de privatização estadual e nacionalmente. O poder corporativo também avança sobre a natureza, o acesso à água, sobre o solo e até sobre a nossa subjetividade, nosso comportamento. . É fundamental posicionar este avanço transnacional como parte do avanço imperialista de dominação e exploração do Norte sobre o Sul. A apropriação de nossos territórios, nossos bens comuns e até sobre os nossos dados estão garantindo o lucro extraordinário dos capitalistas ao passo que deterioram as condições de vida da população e impõem cada vez mais vigilância.

Enquanto as empresas do Norte avançam, Trump usa as sanções como arma de guerra aos países bloqueados e como ameaça a quem possa prejudicar seus interesses ou simplesmente discordar de sua tirania econômica e política, aprofundando a condição de endividados de muitos países periféricos. A crise em tempos de financeirização – junto à herança colonial que mantém a maior parte do Sul Global em condição de pobreza – tem posto diversos países em situação de endividamento em relação às instituições financeiras internacionais, sobretudo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), estes, por sua vez, cobram suas dívidas impondo condições políticas e econômicas, imprimindo uma agenda de austeridade ao mundo.

Tal agenda de austeridade vigente no mundo se manifesta na realidade das pessoas com profunda precarização da vida, perda de bens e serviços outrora públicos, que agora passam a ser privatizados e/ou transformados em commodities. A teoria marxista aponta que o trabalho é sempre ferramenta de ajuste da acumulação. Assim, o trabalho pago vive uma remodelação ao redor do mundo, articulando as crises de demissão em massa deste milênio com o recente processo de uberização. Frente a isso, diversos países têm rediscutido sua agenda de trabalho, resultando em afrouxamento regulatório e perda de direitos, neste setor e em outros relacionados a ele, como na previdência. No Brasil, vimos estes dois setores terem reformas avassaladoras na última década.

As feministas trazem à tona, porém, que esta realidade não se limita ao trabalho pago. Quando a pressão para a redução do gasto público reduz a oferta e a qualidade dos serviços públicos oferecidos nos países, as mulheres são silenciosamente responsabilizadas por realizar estas atividades necessárias para a sustentabilidade da vida. Mais uma vez, o trabalho é ferramenta de contenção, mas aqui visualizamos uma crescente do trabalho reprodutivo, realizado pelas mulheres quase sempre de forma gratuita ou com baixíssima remuneração no interior dos lares.

A ausência de saúde, cuidado dos idosos, creches, escolas em tempo integral, políticas de alimentação, dentre outras, logo se transforma em aumento do trabalho doméstico e, conseqüentemente sobrecarga dessas mulheres que sustentam a vida enquanto cada vez mais têm suas vidas precarizadas. Isso se acentuou com a dinâmica doméstica estabelecida pela pandemia. A pandemia acaba, mas os trabalhos permanecem. O desmonte das condições de trabalho com a sobrecarga do cuidado se materializa de forma contundente na vida das trabalhadoras domésticas, sempre retratadas no feminino, pois 92% da categoria é de mulheres, sendo 66% mulheres negras. Os direitos trabalhistas recém adquiridos com a PEC das Domésticas entraram em questão após a Reforma Trabalhista e, na prática, a remuneração dessas mulheres tem caído, a ponto da maioria da categoria apresentar renda inferior a um salário-mínimo, mesmo que o trabalho de cuidado seja cada vez mais necessário.

Esta dinâmica econômica austericida, colonial e misógina dialoga com a alternativa que o capital e o império têm utilizado para se reposicionar política e economicamente no mundo. Com a incapacidade do modelo neoliberal para superar as crises e as demandas cotidianas das vidas das pessoas, um novo-velho posicionamento passa a crescer e se consolidar no mundo: a extrema-direita e o fascismo.

O modelo austericida se articula com o conservadorismo e aponta as mulheres como inimigas. As principais lideranças de extrema-direita ao redor do mundo atacam violentamente os direitos das mulheres, as políticas ligadas ao gênero, o direito ao aborto e à autonomia econômica. A articulação entre

conservadorismo e mercado podem ser visualizadas a exemplo da aliança das igrejas evangélicas e das direitas com o bolsonarismo no Brasil, assim como o posicionamento das principais corporações internacionais em alinhamento a Donald Trump, a exemplo de Mark Zukeberg e a Meta, Elon Musk e seu conglomerado (X, SpaceX, openAi e Tesla), Jeff Bezos e Amazon, dentre outros. que passam a adotar abertamente uma política racista e fascista. A posse de Trump e suas medidas sequentes escancaram o teor misógino, racista, fascista e xenofóbico deste segmento, que vem sendo denunciado como um dos responsáveis pelo aumento das violências de gênero, ataques xenofóbicos e dessa lógica de extermínio do outro tradicional do fascismo.

Nacionalmente, vemos este cenário de disputa materializado. A postura intervencionista estadunidense foi um dos elementos influenciadores do golpe de 2016, que desencadeou os desmontes do governo Temer que até hoje vivemos. Na sequência, a eleição de Bolsonaro representou a consolidação da extrema-direita no país, com seus valores antidemocráticos e conservadores. Vemos também a ofensiva do mercado atualmente durante o governo Lula, que tem tido dificuldades de enfrentar esta conjuntura complexa.

Eleger Lula após a completa destruição estabelecida pelo desgoverno de Bolsonaro foi um respiro de esperança para a população após o cenário devastador que o país enfrentou desde o golpe de 2016, mas este exercício não tem sido simples. Temos dados concretos de crescimento econômico, mas permanece a sensação de que a vida está difícil e cara. Há um aumento do emprego, mas as condições estabelecidas pela reforma trabalhista fazem com que se viva para trabalhar ao invés de trabalhar para viver. Recentemente, a luta pela redução da jornada de trabalho com o movimento contra a escala 6x1 foi exemplo emblemático disso, mas sabe-se ainda que há números consideráveis de outros vínculos de trabalho, como os trabalhos PJ/MEI e trabalhos informais, nestes muitas vezes sequer há uma jornada estabelecida.

O sequestro do orçamento pelo congresso e a manutenção do arcabouço fiscal também têm imposto limites a importantes vitórias, como a política nacional de cuidados e outras entregas que ficam limitadas aos projetos pilotos e

terminam não garantindo a transformação da vida concreta das pessoas. Contudo, a retomada da popularidade do governo se deu justamente quando Lula ousou enfrentar as ameaças internacionais de Trump.

Posicionar o Brasil em defesa de sua soberania e denunciar o entreguismo bolsonarista foram fundamentais para uma virada de chave da relação de Lula com a população. Essa resposta foi importante para que uma agenda propositiva substituísse a reativa, resultando em vitórias, como a isenção do IR para a maioria econômica e o enterramento da PEC da blindagem, e impulsionando pautas populares, como a redução da escala 6x1 e a taxaço das grandes fortunas.

O cenário posto aponta que o internacionalismo não deve ser apenas um acessório na análise e na prática militante, mas um elemento central para a compreensão e transformação da realidade. O processo eleitoral irá refletir o acirramento internacional de disputa contra o avanço da extrema-direita, provavelmente também precisaremos enfrentar o intervencionismo imperialista. Ademais, a conjuntura internacional tem sido presente na vida das pessoas e no debate público: guerras, sanções e crise climática são alguns exemplos disso.

A Democracia Socialista sempre teve o internacionalismo como parte de sua identidade e prática política. Neste momento, é hora de aprofundar este compromisso. Denunciar a ofensiva imperialista, solidarizar-se com Cuba, fortalecer as alianças populares a nível internacional devem ser tarefas de primeira ordem na construção de um socialismo democrático, que, conforme aponta nossa tradição, só poderá concretizar-se a nível internacional.

O mundo está em disputa e o neoliberalismo hoje significa desesperança, precarização e morte aos povos. A prova disso é que a ideia de fim da história que posicionava o neoliberalismo como eterno tem sido substituída pela imposição da agenda imperialista por meio da força econômica e bélica. É preciso reconstruir uma alternativa de esperança, e esta alternativa não pode ser outra senão o socialismo democrático.

Para tal, não podemos ser coadjuvantes das disputas e da luta de classes. É urgente que nossas tarefas tenham a dimensão dos nossos desafios. Nossa

construção de frentes e alianças não deve ser apenas para reeleger Lula, é necessário, esta é apenas a primeira parte da tarefa, nossas alianças e frentes devem ser para construir o socialismo a nível internacional.

O cenário eleitoral deve ser parte da tarefa de disputa das ruas e consciências, para apresentar e fortalecer o projeto que sonhamos, o mundo que queremos e o PT que acreditamos. Sem nunca perder a conexão entre os desafios locais e globais e sem abirmos mão da dimensão de nossa tarefa militante, que é construir para os povos do mundo a macroeconomia da esperança, e esta macroeconomia tem nome: socialismo democrático.